GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

Peritos da Ordem dos Engenheiros defendem que a reabertura urgente do HDES deveria ter sido prioritária, diz PS/Açores

O Grupo Parlamentar do PS/Açores considerou hoje que as declarações dos peritos indicados pela Ordem dos Engenheiros para averiguar as causas do incêndio no HDES, Marco Ávila e João Mota Vieira, ouvidos na Comissão Parlamentar de Inquérito ao incêndio, confirmam que a recuperação do hospital era possível, viável e mais eficiente do que a construção do hospital modular.

"Aquilo que retiramos das audições dos dois engenheiros ouvidos nesta Comissão Parlamentar é que o Governo optou por uma decisão política precipitada, ignorando alertas técnicos, quando a reabertura do HDES num curto espaço de tempo deveria ter sido prioritária", disse a deputada Cristina Calisto.

Recorde-se que na audição desta quarta-feira, o engenheiro Marco Ávila afirmou que "era possível, num curto espaço de tempo, repor o edifício tal como estava antes do incêndio", e que a sua equipa nunca foi formalmente consultada pela tutela após a entrega do relatório.

Por sua vez, João Mota Vieira, também coautor do relatório da Ordem dos Engenheiros e ouvido hoje em audição, foi ainda mais contundente, afirmando que o incêndio poderia ter sido evitado, que os alertas técnicos foram ignorados e que a prioridade deveria ter sido recuperar o HDES e não construir uma estrutura modular, que já custou quase 40 milhões de euros e que já foi alvo de correções.

"Percebemos, com estas audições, que passados 11 meses após o incêndio, continuam por corrigir falhas técnicas, o que representa risco de segurança, e que, no entender do engenheiro João Mota Vieira, a opção pelo hospital modular foi precipitada e desviou recursos daquilo que devia ter sido a verdadeira prioridade: a recuperação do HDES, o que corrobora o entendimento do Partido Socialista sobre esta matéria" referiu a socialista.

"Para o PS/Açores, estas declarações são um verdadeiro retrato do que foi o processo: falta de transparência, decisões políticas tomadas à margem de pareceres técnicos e com consequências reais para os Açorianos", frisou a deputada.

"Entendemos que algumas das anomalias identificadas no HDES não são recentes, mas interessa perceber se, assinaladas essas lacunas após a calamidade ocorrida, houve ou há um empenho por parte do Governo de Coligação

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9901-858 Horta
Tel. **292 207 640** · Fax **292 391 086** · email **gpps@alra.pt**
www.psacores.pt · www.jsacores.pt

e pelo próprio Conselho de Administração do hospital em funções atualmente em corrigir essas fragilidades", acrescentou.

"O PS não foge às suas responsabilidades, como também não vai aceitar que o Governo de coligação fuja das suas", sublinhou Cristina Calisto.

"Com estas audições, fica cada vez mais claro que o hospital modular - com um custo de quase 40 milhões de euros – foi uma decisão precipitada. O Governo da coligação não só ignorou a engenharia, como também desvalorizou os riscos, falhou na prevenção e comprometeu a resposta hospitalar em São Miguel", concluiu a deputada socialista.

Ponta Delgada, 03 de abril de 2025

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9901-858 Horta
Tel. **292 207 640** · Fax **292 391 086** · email **gpps@alra.pt**
www.psacores.pt · www.jsacores.pt